

O retorno à estaca zero na ação conjunta

por Maria Helena Tachinardi

de Brasília

A situação econômica delicada do Brasil e da Argentina, provocada pelo estrangulamento de suas contas externas, tem levado a uma convergência de números significativa com a qual contavam assessores dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín para uma convergência também de fatos políticos.

Uma ação conjunta dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín no campo da dívida, tendo como pano de fundo o espectro da moratória, era esperada até o final deste ano, quando ambos deverão reunir-se, desta vez em Brasília, para dar seqüência ao programa de integração.

Esse novo fato político, contudo, não aconteceu na análise de uma fonte do governo especializada em assuntos econômicos externos. As condições eram propícias para esse passo até a viagem do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, aos EUA, quando apresentou a proposta brasileira de transformar metade da dívida em bônus com descontos e recebeu das autoridades norte-americanas uma ducha fria.

No seio do governo argentino o recuo do ministro brasileiro significou uma volta à estaca zero.

Mas nesta semana houve um momento especial em que o fato político esperado poderia ter acontecido.

MORATÓRIA

Se o presidente Sarney tivesse endossado publicamente as palavras de Alfonsín, prometendo endurecer com os credores, em discurso feito na quarta-feira aos industriais argentinos, poderia estar começando uma ação política comum que não teria necessariamente de desaguar na moratória, mas, sem dúvida, assustaria os credores.

Os funcionários brasileiros envolvidos no processo de integração com a Argentina não sabem, agora, o que poderá acontecer. O discurso do presidente argentino foi analisado como importante, porque, feito de improviso, mostrou realmente o que sente Alfonsín. Mas, na prática, a Argentina poderá pedir um "waiver" ao FMI por não ter sido capaz de controlar o déficit do setor público nos termos do acordo "stand-by", base para um entendimento com os bancos credores e, atendida em seu pedido, aproximar-se mais da comunidade financeira internacional que do Brasil.

ACORDO

SEM ATRITOS

Aos credores deverá interessar um acordo sem atritos com o governo Alfonsín não só porque a situação política na Argentina mudou, com a vitória dos peronistas, mas também porque eles prevêem uma possível ação conjunta dos dois grandes devedores do cone sul.

A situação Argentina poderia significar um reforço importante para uma negociação global da dívida de ambos os países em termos mais favoráveis que permitissem o crescimento econômico e maior estabilidade às instituições democráticas brasileiras e argentinas. Hoje fica mais difícil saber o que pode acontecer, porque o governo está num verdadeiro impasse depois da reação das autoridades norte-americanas à proposta de Bresser Pereira, analisa a fonte.

Na próxima semana, funcionários brasileiros deverão encontrar-se com seus colegas argentinos, no Rio de Janeiro, para uma conversa mais detalhada sobre os últimos acontecimentos no campo da dívida externa, aqui e lá.